



MOÇÃO Nº 08/2026 - DE APELO

EMENTA: Manifesta apoio aos produtores de leite brasileiros e solicita mobilização da bancada catarinense em defesa da cadeia produtiva leiteira nacional, mediante a aplicação das medidas antidumping recomendadas pelos órgãos técnicos competentes.

Os Vereadores da Câmara Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e por iniciativa do Vereador Mauro Weber, apresentam a presente MOÇÃO DE APELO ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, Deputado Federal Ismael dos Santos, para que a bancada federal catarinense promova articulação e mobilização junto ao Congresso Nacional, ao Governo Federal e aos órgãos competentes, visando à imediata implementação das medidas antidumping recomendadas pelos órgãos técnicos em relação às importações de leite em pó provenientes da Argentina e do Uruguai, bem como à adoção de políticas públicas permanentes de fortalecimento, valorização e proteção da cadeia produtiva leiteira brasileira.

A cadeia produtiva do leite representa uma das atividades econômicas mais relevantes para o Estado de Santa Catarina e, de forma especial, para o município de São José do Cedro. Trata-se de um setor fundamental para a geração de emprego, renda e desenvolvimento regional, garantindo a permanência de milhares de famílias no meio rural e contribuindo significativamente para a economia local e regional.

Recentemente, investigação conduzida pelo Departamento de Defesa Comercial (DECOM), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), concluiu pela existência de indícios consistentes de prática de dumping nas exportações de leite em pó da Argentina e do Uruguai para o Brasil, apontando margens expressivas de subvalorização comercial. O estudo técnico identificou que o produto importado vem sendo comercializado em condições que provocam desequilíbrio concorrencial e impactos negativos sobre a produção nacional.

Conforme apontado na investigação, fatores como subsídios, incentivos fiscais e mecanismos de apoio governamental existentes nos países exportadores contribuem para a formação de preços artificialmente reduzidos, comprometendo a competitividade dos produtores brasileiros e gerando prejuízos ao setor leiteiro nacional.

Apesar da recomendação técnica para a adoção de medidas antidumping, a implementação das tarifas foi temporariamente suspensa pelo Governo Federal para avaliação de interesse público. Tal decisão tem gerado preocupação entre produtores, cooperativas e entidades representativas do setor, que enfrentam um cenário de elevada pressão econômica e redução da rentabilidade da atividade.

Dados recentes demonstram o aumento das importações de leite e derivados, com significativa participação da Argentina e do Uruguai no volume total adquirido



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC**

pelo Brasil. Paralelamente, produtores relatam dificuldades para cobrir os custos de produção, situação que tem provocado o encerramento de atividades, a redução dos rebanhos leiteiros e o afastamento de diversas famílias da atividade rural.

A preocupação se intensifica diante das projeções de redução nos preços pagos ao produtor catarinense, comprometendo ainda mais a sustentabilidade econômica das propriedades rurais e afetando diretamente a arrecadação e o desenvolvimento dos municípios cuja economia possui forte vínculo com a atividade leiteira.

Cabe destacar que entidades representativas do agronegócio brasileiro defendem que a adoção das medidas antidumping recomendadas pelos órgãos técnicos não deverá provocar impactos significativos ao consumidor final, especialmente porque produtos amplamente consumidos pela população, como leite UHT, queijos e outros derivados, não estão abrangidos pela investigação em questão.

Diante desse contexto, torna-se indispensável a atuação firme e articulada da bancada catarinense no Congresso Nacional, em defesa dos produtores rurais, da competitividade da produção nacional e da preservação de uma atividade econômica essencial para milhares de famílias e para o desenvolvimento dos municípios do Oeste Catarinense.

Assim, a Câmara Municipal de São José do Cedro manifesta seu irrestrito apoio às reivindicações do setor produtivo leiteiro e apela ao Fórum Parlamentar Catarinense para que lidere os esforços políticos e institucionais necessários à imediata implementação das medidas antidumping recomendadas pelos órgãos competentes, bem como à construção de políticas públicas permanentes de fortalecimento, valorização e proteção da cadeia produtiva do leite no Brasil.

São José do Cedro -SC, 09 de junho de 2026.

ALISSON H. BAVARESCO
Vereador

GUILHERME L. FERRARI
Vereador

JANAINA M. FLACH
Vereadora

JULIANA S. COLLE
Vereadora

JULIO C. RUBIN
Vereador Presidente

MAURO WEBER
Vereador

PEDRINHO CASARIN
Vereador

RUDINEI DALPIAS
Vereador

TÂNIA R. G. DOS SANTOS
Vereadora